

REFLEXÕES SOBRE CULTURA, IDENTIDADES E CIDADANIA PARTICIPATIVA: UM OLHAR DEMOCRÁTICO**REFLECTIONS ON CULTURE, IDENTITIES AND PARTICIPATORY CITIZENSHIP: A DEMOCRATIC VIEW***LUCIMARY LEIRIA FRAGA¹, IVANN CARLOS LAGO²***RESUMO**

Este ensaio teórico visa, por intermédio da perspectiva democrática, compreender os processos culturais e identitários, os quais, diuturnamente tornam a sociedade complexa e diversa. Ainda, visa por meio de uma discussão voltada a um tom político, cultural e democrática, compreender os processos de desenvolvimento humano e social, analisando, nesse momento, a importância da cidadania participativa, não apenas nos processos de tomada de decisão, mas, igualmente, nas demais esferas sociais. A investigação científica possui como base o método hipotético-dedutivo, e centra sua abordagem na perspectiva qualitativa e no procedimento de cunho bibliográfico. Por fim, resta evidente que os processos de cidadania participativa, os quais enfrentam no período atual imensa resistência por parte do Poder Executivo, é, sem sombra de dúvidas, uma das mais importantes ferramentas de mudança social e humana, haja vista se pautar no ideal de cidadania plena, dos direitos humanos e da democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; identidades; cidadania participativa; democracia.

ABSTRACT

This theoretical essay aims, through a democratic perspective, to understand the cultural and identity processes, which, on a daily basis, make society complex and diverse. It also aims, through a discussion focused on a political, cultural and democratic tone, to understand the processes of human and social development, analyzing, at this time, the importance of participatory citizenship, not only in decision-making processes, but also, in other social spheres. Scientific research is based on the hypothetical-deductive method, and focuses its approach on a qualitative perspective and on the bibliographic procedure. Finally, it is evident that the processes of participatory citizenship, which in the current period face immense resistance from the Executive Branch, is, without a shadow of a doubt, one of the most important tools for social and human change, as it is based on the ideal. citizenship, human rights and democracy.

KEYWORDS: Culture; identities; participatory citizenship; democracy.

* Artigo recebido em 09/05/2022 e aprovado em 10/08/2023.

¹ Doutoranda em Direitos Humanos (UNIJUÍ). Instrutora de trânsito (URI). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Direito, Cultura e Religião: conexões e interfaces do Programa Stricto Sensu Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Membro do Grupo de Pesquisa Novos Direitos em Sociedades Complexas, vinculado ao Programa Stricto Sensu Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (CNPQ). Pesquisa temas relacionados a mulheres Trans, identidade e diferença. E-mail: lucimary23@hotmail.com

² Mestre (2005) e doutor (2010) em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atua no Ensino Superior desde 2003, desenvolvendo tanto atividades ligadas à docência e pesquisa quanto a gestão e administração. Atualmente é professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, onde exerceu, entre 2011 e 2015, a função de Coordenador Acadêmico do Campus, e entre 2015 e 2019, a função de Diretor do Campus. Atualmente atua nos cursos de graduação em Agronomia, Física, Administração e Letras. Também é pesquisador e professor permanente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas. E-mail: ivannlago@uffs.edu.br

Numa ditadura, não daria para fazer uma passeata pela democracia. Na democracia, você pode fazer uma passeata pedindo a ditadura.

Mário Sérgio Cortella

1 INTRODUÇÃO

Entrelaçar à análise cultura, identidades e cidadania participativa é tarefa complexa e, por esta razão, não se pretende, neste ensaio teórico, esgotar a temática. Tem-se por intuito, inicialmente, compreender alguns elementos atinentes as distintas culturas existentes na sociedade, bem como os processos identitários que se inter-relacionam a este contexto.

Em um segundo momento, já adentrando na seara político-cultural, busca-se compreender, sob a perspectiva da cidadania participativa, aspectos essenciais para que se vislumbrem os processos de desenvolvimento humano e social. Neste contexto, se busca analisar a importância da participação dos indivíduos, não somente nos processos de tomada de decisão, mas, ao mesmo tempo, em todas as esferas sociais, no intuito, também, de fomentar a democracia, a cidadania, e a salvaguarda dos direitos elencados junto à CF.

Diz-se isso em razão de que, em tempos permeados pelas sombras do neoliberalismo, se faz necessária uma maior atuação cidadã, a fim de coibir práticas de exclusão e invisibilidade.

A investigação científica possui como base o método hipotético-dedutivo, e centra sua abordagem na perspectiva qualitativa e no procedimento de cunho bibliográfico. Por fim, resta evidente que os processos de cidadania participativa, os quais enfrentam no período atual imensa resistência por parte do Poder Executivo, são, sem sombra de dúvida, uma das mais extraordinárias ferramentas de mudança social e humana, haja vista se pautarem no ideal de cidadania plena, dos direitos humanos e da democracia, direitos estes que necessitam ser salvaguardados e efetivamente concretizados a todos, sem distinção.

2 CULTURA E IDENTIDADES EM PAUTA

Como campo em disputa, a temática da cultura, das identidades e da cidadania, avança como demanda inerente às relações humanas e sociais, provocando, como consequência, movimentos de conflitos, reconhecimentos e afirmações daquilo que se vislumbra enquanto diferença entre os sujeitos e grupos, assim como passa a fazer parte destas análises, as demandas oriundas destes movimentos.

Sendo assim, é na complexidade das relações humanas que Machado (2002, p. 31) defende a ideia de que a teoria sobre cultura seja substituída pela ideia de “culturas”, contemplando assim a pluralidade dos distintos grupos que compõem a sociedade, os quais não se centram em um só modelo. Na mesma direção, abarca, igualmente, a noção de que um mesmo sujeito demanda diferentes manifestações e representações culturais ao longo de sua vida e/ou nos distintos grupos sociais em que circula, haja vista a pluralidade cultural existente.

É neste contexto de significados que Machado vislumbra o surgimento da perspectiva multicultural, sendo a sociedade marcada por uma diversidade de culturas que evidenciaria a pluralidade existente nos grupos sociais (MACHADO, 2002, p. 31). Significa, entre outras questões, a valorização da heterogeneidade social, onde se faz necessário a rejeição de qualquer mecanismo discriminatório contra grupos e suas manifestações e/ou decisões.

Nesta seara cumpre trazer ainda à compreensão que, como defendem Lucas e Cenci (2014, p. 85-87), o paradoxo decorrente das relações entre sociedade e sujeito, seria assim definido pelos jogos ambivalentes resultantes de elementos caracterizados pela “aproximação e afastamento”, “poder e exclusão”, “justaposição e negação”, considerando as ligações de dependência e autonomia manifestadas dentro de uma esfera sempre permeada pela diferença.

É nesta visão que a identidade assumiria uma dimensão variável e capaz de produzir variações e elementos que de forma não engessada se processariam de maneira que possibilitaria modificações que, influenciadas por contextos, historicidades e temporalidades, elaborariam e se reelaborariam constantemente diante de diferenças, ambivalências ou necessidades.

Ademais, cabe destacar que as relações produzidas entre sujeito e coletivo são permeadas por representações e discursos onde as identidades se fixariam e constituiriam no tempo e espaço em que estão inseridos. Neste tocante, Valdés (2012, p. 30) defende que as identidades se organizam e se articulam com os demais temas relevantes à constituição destas que, mesmo com suas reivindicações e rupturas, atuam de forma a dar sentido à própria existência dos sujeitos e de seus coletivos.

É nesta perspectiva que Woodward (2000, p. 09) lembra que a história apresenta que toda identidade é relacional, ou seja, para existir depende de algo proveniente de fora dela própria, sendo a identidade constituída, em sua concepção, pela exclusão, onde um estranhamento sustentaria a percepção desenvolvida sobre “o outro” e as diferenças existentes. É demarcada, por exemplo, pelos símbolos, que criados e utilizados pelos grupos, dão significados aos sujeitos e suas relações.

A oposição decorrente do contato coloca em contraste as culturas, momento em que se afirmam as diferentes identidades e suas motivações, ao passo que também elementos econômicos, sociais e materiais se apresentariam como significantes compartilhados entre os sujeitos e seus grupos.

Assim sendo, é possível que as ações humanas, intencionais ou não, produzam práticas e contextualizações daquilo que ordena a vida do homem em sociedade. É nesta linha de pensamento que Giddens (2009, p. 05) defende que boa parte do conhecimento é “prático por natureza”, ou seja, “inerente à capacidade de prosseguir nas rotinas da vida social”.

Deste modo, para Giddens (2009, p. 8), a consciência discursiva e prática seriam flutuantes, mutáveis diante dos diferentes contextos das atividades sociais exercitadas pelos sujeitos. Lembra ainda que, apesar de os atores sociais poderem discursivamente informar sobre suas intenções, o mesmo não ocorreria no tocante aos motivos para os mesmos. Como dito, a consciência prática e discursiva não são rígidas, podendo ambas serem alteradas por aspectos de socialização e das experiências de aprendizagens trazidas e vividas pelos indivíduos.

Como ação humana, o fazer das referências culturais são efetivadas no tempo e no espaço, onde o pensamento e a prática dos homens estruturam e se representam no cotidiano da vida social. Cria assim laços e referências que buscam integrar e regular as relações entre os sujeitos. Relações estas que estão imbuídas de poder que efetivam as identidades simbólico-culturais, suas contradições, diferenças, desigualdades e permanências.

Os movimentos culturais constantes evidenciam a constituição de sentidos desprendidos em face às simbologias e representações que, impulsionadas por sujeitos, instituições públicas e privadas, resultam em múltiplos arranjos sociais que, em seus diferentes ritmos, estabelecem estratégias de valoração, desenvolvimento e perpetuação daquilo definido como locais e saberes centrais de suas vidas em sociedade.

A heterogeneidade dos grupos em suas características materiais e imateriais, são resultado de processos identitários que, baseados na diferença e em conflitos culturais, influenciam os contextos sociais e diretamente a atuação das representações como local central dos sujeitos.

Tais representações, compreendidas como processos culturais que, conforme Woodward (2000, P. 17) estabelece identidades individuais e coletivas por meio de seus sistemas simbólicos a fim de dar respostas e sentidos às inquietações e questionamentos decorrentes dos próprios discursos e representações produzidos. Desta maneira, como ainda destaca a autora, se constituíram locais a fim de que os indivíduos possam se posicionar, bem como falar.

É neste cenário que as identidades poderiam ser reconstruídas e apropriadas para seu uso em sociedade. Desta forma que as representações se colocam como elementos centrais para a produção de significados que permeiam as relações entre os homens. Isso porque a cultura possibilita uma variedade de possibilidades em suas representações simbólicas e pelas relações sociais estabelecidas.

Neste campo de assimilações e litígios que Woodward (2000, p. 25) reflete a respeito da construção das identidades, as quais estariam alicerçadas em conflitos e na variedade de diferentes

contextos. Esta ideia possibilita que se diga não haver uma história única que possa ser recuperada, isso porque distintas representações produzidas acerca de determinada ação, contexto, local ou objeto podem sustentar distintas identidades por meio de diferentes histórias. É neste cenário que, segundo defende a autora, contestações são produzidas em disputas políticas que almejam, em primeiro aspecto, a legitimação e o reconhecimento de identidades.

O jogo desenvolvido entre culturas que muitas vezes vivem e ocupam o mesmo espaço é marcado por estratégias onde a assimilação pela diferença faz, como traz Hall (2003, p. 53), a necessidade de reconhecimento da pluralidade multicultural envolvida nos movimentos de interesses, opressões e resistência diante deste contexto.

Esta diferença local enraíza diferentes tradições culturais, o que o autor destaca como sendo não binário, ou seja, a diferença se alicerça “em um sistema em que cada conceito (ou significado) está inscrito em um sistema dentro do qual ele se refere”. Tradições estas que, formadas de forma híbrida, funcionam como ainda nos argumenta Hall (2003, p.74) menos como doutrina do que como “um repertório de significados”. Isso quer dizer que as estruturas culturais estabelecidas buscam dar sentido ao mundo por meio das experiências vividas e compartilhadas.

Assim, poder-se-ia dizer que todas as culturas seriam um resultado histórico entre o contato entre culturas distintas, não existindo, como preleciona Burke (2010, p. 14), uma fronteira cultural “nítida e fixa” entre os grupos, mas sim um processo “*continuum*” de trocas entre estes.

Ideia assim igualmente é compartilhada por Bauman (2005) ao defender que em um “mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam.” Deste modo, seria difícil identificar nestes encontros frequentes as fronteiras de início para cada grupo, o que muitas vezes tende a uma caracterização global e híbrida para os mesmos. Longe de exaltar os processos híbridos e as trocas culturais, Burke (2010, p. 17-18) não apresenta a temática como um simples processo de enriquecimento, mas sim lembrando e ponderando que tais processos ocorrem também em detrimento de alguém ou de algum grupo.

É assim que se pode arguir que não existam sociedades e culturas plenamente puras em suas práticas, representações e simbologias no âmbito cultural. Como campo igualmente plural, cabe ressaltar que se podem identificar processos culturais híbridos em distintos contextos, como objetos, arquitetura e também nas práticas e representações simbólicas.

Desta forma um mesmo elemento, segundo Burke (2010, p. 31) poderia ser produto de uma hibridização múltipla, onde além de ser assimilado por distintos grupos, se torna reflexo das influências de tantos outros.

3 IDENTIDADES EM UM TOM CULTURAL

Cabe, portanto, uma reflexão a respeito da construção de uma identidade cultural, a qual deve possuir um reconhecimento coletivo a respeito de determinados comportamentos e costumes. Isso porque a cultura, construída também pelos processos memoriais, é sempre produção coletiva, não sendo possível seu desenvolvimento de forma individual. Neste campo que Burke (2010, p. 16-17) caracteriza a produção cultural como:

[...] definindo o termo cultura em um sentido razoavelmente amplo de forma a incluir atitudes, mentalidades e valores e suas expressões, concretizações ou simbolizações em artefatos, práticas e representações.

Como cenário efetivado por múltiplas possibilidades de manifestação, a cultura pode ser caracterizada pela produção de elementos pelo homem em busca de uma distinção daquilo que seria “natureza”. Na necessidade de marcar e distinguir aquelas ações criadas pelo homem do resto é onde os grupos se apresentam diversos uns dos outros. É o que condiciona a própria existência dos seres humanos, onde sentidos e significados são mediados entre os sujeitos a fim de buscarem sentido às suas ações, bem como suas próprias existências.

Deste modo que Bhabha (1998, p. 20) aborda as questões de conflito e diferença pelo viés onde os mesmos, nesta condição, produzem novas formas de resistência e de identidades de onde se emergiria direitos, poder e inserção de novas práticas no seio das sociedades.

Cunham-se assim espaços que, fruto de reivindicações e conflitos, demonstram o processo contínuo onde a cultura está inserida, capaz de se organizar e expor de forma dinâmica e contínua, a fim de dar respaldo aos anseios do coletivo na atualidade.

É o que Chauí (1986, p. 25) aponta como sendo uma caracterização de lógicas e práticas que possuem sentido próprio e que são, em primeira instância, fundantes de um cotidiano e das vidas ali habitantes. Assim, aduz Montenegro (1999), é que a memória aparece neste cenário enquanto elemento base do processo reativo que os sujeitos produzem diante de suas realidades, o que opera de maneira a formar imaginários que constituirão referências para um futuro.

Entre imaginado e vivido que as identidades se elaboram e relacionam de modo a provocar, individual e coletivamente, a criação de um discurso histórico como seleção daquelas coisas experimentadas, vividas e idealizadas enquanto marcas de suas vidas. Como produtos das experiências, expressam limites em suas fronteiras, visto o processo seletivo se denotar elemento necessário entre o

vivido e referenciado, sendo difícil, dentre outros aspectos, a memorização e a caracterização de tudo aquilo vivido ou produzido socialmente.

Na tensão de todos estes fatores que se têm como palco a associação daquilo que resulta a partir do vivido, estabelecendo descobrimentos e registros sobre aquilo que se delimita como correspondente das abordagens históricas do grupo. Constrói-se neste cenário, como traz Montenegro (1994, p. 24) distintos quadros históricos que se fazem apropriar por meio de suas expressões, dentre ela a oral, narrativa, que manifestam no presente ideias sobre um passado.

Como ainda defende o autor (1994, p. 35), são os acontecimentos (passados e presentes) que constantemente estabelecem representações a fim de projetar um campo de ação que configura socialmente os sujeitos, resgatando, inclusive, matrizes discursivas, símbolos e práticas que diferentes segmentos da população irão elaborar e assimilar, o que para o autor é condição de liberdade e cidadania.

A ideia de liberdade é trazida também por Bosi (1986, p. 18) ao defender que uma das características da cultura é “a de poder escolher, mudar de rumo”, sendo este processo fator de sobrevivência dos valores e das representações e símbolos dos grupos. Conforme ensinam Lago e Rotta (2018, p. 361, grifo nosso):

O verdadeiro impacto da cultura sobre o desenvolvimento será compreendido se a tomarmos como aquele substrato que organiza e orienta os modos de pensar, de agir e de viver das pessoas. A questão vai muito além de “vender” elementos culturais para gerar desenvolvimento. **É preciso compreender e assumir que nada existe fora da cultura**, que ela é a fonte das crenças e valores em função dos quais as pessoas organizam o que fazem e definem quem são.

Logo, é justamente na seara da mudança de rumos, ou dos processos de escolha, que se pode analisar a cidadania participativa como uma ferramenta de mudança sociocultural, a qual pode possibilitar a emancipação humana, o desenvolvimento pleno, bem como a salvaguarda das distintas culturas existentes, além de fomentar e fortalecer, ao mesmo tempo, os processos democráticos.

4 CIDADANIA PARTICIPATIVA: UM CAMINHO POSSÍVEL

Ao se adentrar na seara da política cultural, parte-se da premissa de compreender que as singularidades dos indivíduos e grupos são, de fato, relevantes para o desenvolvimento social e humano. Sob esta perspectiva, o espaço político relativo à cultura é o território onde se reconhecem as expressões e pluralidades das vivências humanas.

Neste ínterim, o reconhecimento cultural passa, por consequência, a ter um tom político, na medida em que a sociedade elenca aquilo que deve ou não ser salvaguardado e/ou preservado,

incentivado e valorizado por meio da tomada de decisões. Neste sentido, aquilo que é escolhido como cultural torna-se relevante para um grupo de indivíduos.

Seguindo este entendimento, Porto (2009, p. 36) questiona: “Quais os pilares de uma política de cultura pensada a partir desses princípios?”. Visando melhor dialogar acerca de uma possível resposta, Porto (2009, p. 36-37) elenca alguns itens, inclusive discutidos internacionalmente acerca da temática:

A promoção da diversidade cultural como elemento promotor de uma ética de convivência e de respeito à dignidade humana. O simples reconhecimento da diversidade cultural não conduz a percepção de que, apesar das diferenças culturais, todos têm direitos iguais e inalienáveis perante um corpo social que supera as diferenças e luta por justiça e igualdade.

Recuperando a noção de acesso como via de mão dupla, onde todos têm alguma coisa a aportar. Aos poucos a noção difusionista da cultura, como meio de melhorar o acesso da população à produção artístico-cultural vai sendo superada pela noção de diálogo e intercâmbio culturais, o que pressupõe que todos os atores sociais são capazes de produzir cultura e estão em condições de igualdade para trocar e experimentar novas práticas e experiências.

Neste viés, o acesso seria a promoção de um diálogo entre as distintas culturas existentes, fomentando, justamente a noção de solidariedade e cooperação entre estas, na medida em que tais ações promoveriam maiores recursos, bens e serviços culturais, tornando a sociedade menos desigual.

Este entendimento torna evidente que a noção de acesso à cultura requer ambientes comunitários e políticos de interesses favoráveis no que se refere a inserir as culturas na sociedade e sem suas práticas. Para Porto (2009, p. 39) “A cultura, tal qual ela é pensada no século XXI, é a experiência que marca a vida humana em busca do conhecimento, do alto aprimoramento, do sentido de pertencimento e da capacidade de trocar simbolicamente.”

Tais reflexões trazem à tona, ao mesmo tempo, o valor dado à cultura (ou às culturas) sejam elas as nossas ou as culturas que são aprendidas ao longo da existência dos indivíduos. Logo, as experiências culturais ocorrem a partir do diálogo e das trocas no contexto social.

Ainda, pode-se compreender e refletir a cultura enquanto capital social na promoção do desenvolvimento. Mas, o que seria capital social:

Um papel importante para a cultura na prosperidade econômica continuará existindo, mas poderá ser muito bem um papel mais positivo. Aqueles aspectos particulares de uma sociedade que originam inusitadas necessidades, habilidades, valores e modos de trabalho serão os aspectos característicos da cultura econômica. Os aspectos positivos da cultura, como a paixão da Costa Rica pela ecologia, a obsessão dos EUA com o conforto, a paixão do Japão por jogos e desenhos animados serão fontes vitais de vantagem competitiva difícil de imitar, resultando novos padrões de especialização internacional, à medida que os países produzam cada vez mais os bens e os serviços nos quais sua cultura lhes dá vantagem única. (PORTER, 2002).

Partindo das concepções de Porter (2002), pode-se considerar que a cultura analisada enquanto capital social pode ser identificada como uma espécie de ativo oriundo de países onde haja traços singulares no saber-fazer seja na esfera da arte, da culinária, do patrimônio material e imaterial, das memórias e dos agentes que promovem as culturas e as modificam e ressignificam.

Em sendo assim, sob a ótica de Porto (2002, p. 48), analisar o desenvolvimento pelo viés da cultura e da liberdade pode (e deve) ser uma possibilidade de ferramenta para esta e as futuras gerações.

Neste modelo de análise, a cultura toma uma dimensão relevante, tornando possível pensar, inclusive, em novos atores, os quais podem fomentar, segundo a autora (2002, p. 49) “O que é inadiável: a capacidade de imaginar essa vida e de sonhar outras formas de viver mais solidárias, justas e por fim, alegres.”

Nesta seara, promover o desenvolvimento por meio dos processos culturais é, ao mesmo tempo, fomentar os processos de cidadania plena, a qual, para além de um direito, é também uma forma de os indivíduos se relacionarem em distintos contextos sociais. A título de melhor compreender a importância e a reflexão acerca da cidadania, Fortes e Nunes (2015, p. 4), prelecionam que:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. **Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.** Por extensão, a cidadania pode designar o conjunto das pessoas que gozam daqueles direitos (grifo nosso).

Logo, conforme aduzem Heller e Thomas Isaac (2003), a cidadania, para além de um direito, exige equidade nas relações, o que introduz também como prioridade, o “conviver” com as diferenças. Deste modo, no entender dos autores supra referidos, o satisfatório exercício da cidadania e das relações humanas acarreta, por consequência, novas nuances políticas e desenvolvimentistas, na medida em que insere neste campo indivíduos e grupos antes excluídos e/ou invisibilizados, tornando tais processos permeados pela cidadania participativa.

Neste contexto, a democracia também se faz essencial para o avanço social, bem como para os processos de cidadania participativa, visando à superação das desigualdades e a garantia da dignidade da pessoa humana. Para Adorno (1995, p. 141-142):

[...] uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado. **Numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação, e, portanto, contrários à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata,** até mesmo se

as idéias que correspondem a seus desígnios são difundidas no plano formal da democracia (grifo nosso).

Sendo assim, os processos de vivências interligados à democracia exigem, cada vez mais, a organização da sociedade civil no intuito de que todos os cidadãos participem dos processos sociais. Ao se falar em democracia, portanto, há que se ter clareza de que a mesma vai além do caráter representativo, o qual mantém no poder determinados grupos em detrimento de outros. Como exemplo palpável e emancipador acerca da democracia participativa tem-se em Ahlert (2006, p. 6) que afirma:

O exercício mais efetivo deste processo democrático tem sido o orçamento participativo, que vem sendo praticado em várias cidades e Estados do País; trata-se de decisões políticas para a aplicação de recursos e distribuição de renda, conforme as necessidades das comunidades organizadas através de conselhos populares.

Observa-se, conforme defende Genro (2001), a necessidade clara de desdemocratizar a democracia, e tais ações dependem da criação de novos mecanismos onde os interesses da maioria sejam efetivamente contemplados e as decisões futuras sejam, de fato, compartilhadas e debatidas.

Resta evidente, como já mencionado, que o papel dos cidadãos em uma democracia representativa não deve se limitar ao campo eleitoral, mas sim deve perpassar todas as searas sociais, seja a nível local ou global, o que fomenta, por consequência, a promoção da cultura democrática. Neste aspecto, Ahlert (2006, p. 13) refere que “a teoria participativa se preocupa com as possibilidades de efetivação da participação dos cidadãos nos processos deliberativos de formação da vontade estatal, de modo que essa participação possa influenciar as deliberações a respeito de políticas públicas.” Deste modo, para Ahlert (2006, p. 13-14),

[...] a democracia é a organização de uma comunidade ou de comunidades humanas cuja normatização e organização das relações estão assentadas sobre um conjunto de leis constitucionais consensualmente construídos. Ela pressupõe a condição de cada indivíduo participar do processo democrático mediante a escolha de líderes e governantes (cidadania passiva) ou postular funções de governante e ou participar da discussão e decisão das políticas públicas a serem executadas pelo Estado (cidadania ativa).

Neste ensejo, ainda que a Carta Magna (CF) de 1988 traga em seu escopo fundamentos como cidadania, igualdade, pluralismo político e dignidade da pessoa humana, a soberania de caráter popular é um dos fundamentos da legitimidade para o efetivo exercício do poder político. Logo, como ensina Dagnino (2004, p. 103):

A então chamada nova cidadania, ou cidadania ampliada começou a ser formulada pelos movimentos sociais que, a partir do final dos anos setenta e ao longo dos anos oitenta, se organizaram no Brasil em torno de demandas de acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, etc. e de questões como gênero, raça, etnia, etc. inspirada na sua origem pela luta pelos direitos humanos (e contribuindo para a progressiva ampliação do seu significado) como parte da resistência contra a ditadura, essa concepção buscava **implementar um projeto de construção democrática, de transformação social, que impõe um laço constitutivo entre cultura e política** (DAGNINO, 2004, p. 103, grifo nosso).

Diante disso, segundo Avrizter (2008), a experiência brasileira pós CF é claramente uma exceção (ressalvadas suas críticas) a ideia de que algumas deliberações sociais ocorrem às escuras, ou, por processos excludentes, vetando a participação cidadã. Para Avrizter (2008, p. 44), se construiu no Brasil “uma infraestrutura da participação bastante diversificada na sua forma e no seu desenho”.

Assim, para efeitos de análise e entendimento, a cidadania participativa preconizada junto à CF, e plenamente ativa, somente será possível quando todos os indivíduos desenvolverem, por meio dos processos de educação para a cidadania, a capacidade de analisar, compreender e opinar sobre as ações estatais para além do caráter individual, momento em que se fomentará, por consequência, o senso de solidariedade, cooperação e coexistência no mundo. Trata-se, pois, da concepção de que as demandas essenciais em um Estado democrático de direito devem, indubitavelmente, serem discutidos por todos os cidadãos. E aí está, uma vez mais, a “chave” para compreendermos a importância da cultura, especialmente a cultura política, como combustível e como condição para a ampliação e consolidação da democracia.

Todavia, como alerta nas discussões acerca de cidadania e participação cidadã, há que se dar à devida atenção aos processos de desmonte e invisibilidade das decisões democráticas a participativas oriundas dos processos neoliberais. Diz-se isso, pois, conforme aduz Brown (2015) o neoliberalismo não apenas solapa a democracia e seus processos, como, ao mesmo tempo, agride seus princípios, viola as culturas e as instituições, e menospreza o poder do povo. Para Brown (2015, p. 176):

Neoliberalismo então não apenas privatiza – transfere ao mercado para produção individual e consumo – o que era anteriormente garantido e valorado pelo Estado. Ao contrário, ele formula todas as coisas, todos os lugares, em termos de investimento de capital e apreciação, incluindo de forma central o homem.

Há que se resgatar, portanto, a ideia de sociedade preconizada junto a CF, não se permitindo que ações governamentais embebidas pelo neoliberalismo e pelo desmonte da participação cidadã ganhem (ainda mais) forma.

A prática do modelo de democracia representativa articulada no país após o processo de redemocratização está, diuturnamente, sendo atacada por um governo que escancaradamente pretende

materializar a lógica neoliberal em cada campo da sociedade. Para Demo (1988, p. 18-19), existe a clara necessidade de a sociedade fomentar constantemente os processos de participação popular, todavia, não como *status* final, mas sim como uma constante construção. Sob esta égide,

[...] Dizemos que participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir.

Sob a ótica de Demo, no sentido de que a participação social deve ser uma constante construção, é possível perceber que nas práticas do neoliberalismo ocorre uma vazante dos Movimentos Sociais, bem como se torna evidente o enfraquecimento da mobilização popular. No entender de França e Pastor (2020, p. 5) “As Políticas Sociais Públicas de caráter neoliberal intensificam seu caráter paliativo e fragmentado. Exercem o controle sobre a população, não proporcionando sua emancipação, autonomia, liberdade e participação, mas reforçando a dependências das ações estatais, tornando-se um entrave à participação popular.” Para Demo (1988, p. 10) “o conservadorismo da posição liberal aparece como consequência nas posturas residuais das políticas sociais que são feitas apenas na proporção das sobras, com o sentido de compensar e desmobilizar bases populares”.

Por derradeiro, nos dias atuais se está diante de um visível e crescente retrocesso às culturas, à política, e à cidadania. Torna-se urgente a ocupação dos espaços públicos e participativos, bem como o fomento às ações estatais pautadas na transparência, no fomento às políticas públicas, e a salvaguarda dos direitos dos cidadãos. Há também a urgência no empoderamento das classes excluídas e invisibilizadas, assim como à retomada, por parte do Estado, dos princípios democráticos preconizados junto a CF.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar este ensaio teórico, resta como evidente que não se pode mais analisar a cultura por um único viés, eis que a mesma, diuturnamente, se modifica, ganhando caráter fluido e nômade. No mesmo sentido, é inadmissível que, nos dias atuais, existam culturas que se considerem superiores a outras, haja vista que cada povo possui riquezas e saberes singulares, e que é justamente na diferença que a cultura ganha forma e se enriquece.

Ao mesmo passo, resta evidente que o campo da cultura, assim como a seara das identidades e das diferenças, são terrenos férteis para os mais variados conflitos sociais.

Por outro lado, ainda que a sociedade se perfaça múltipla, plural e dinâmica, é necessária uma visão que fomente o desenvolvimento humano e socioeconômico levando em conta, justamente, este

contexto diverso e conflituoso. E, neste ínterim, percebe-se que “o povo não sabe a força que tem”, mais precisamente, no que se refere à cidadania participativa.

Tal afirmação se dá levando em conta a expansão das vertentes do neoliberalismo, haja vista o desmonte da participação social percebidos na realidade atual, não somente em nível de Brasil, mas em diversos países do mundo. Por vezes, é inquietante perceber a passividade dos cidadãos diante de tantos dramas de cunho social, dos diversos contextos de corrupção, da violação de direitos imposta a diversos segmentos da sociedade, e, mais recentemente, do avanço da fome que vem assolando (devido também à pandemia), diversos lares.

No momento em que o povo, por meio da efetiva participação e reivindicação, perceber sua força, se poderá vislumbrar um novo cenário social. Com isso, não se parte do entendimento de que todos os cidadãos possuem o devido discernimento acerca das lutas sociais ou da cidadania participativa, haja vista que “quando não se tem comida na mesa, se torna difícil debater sobre democracia e sociedade”, todavia, a participação é, sim, uma das ferramentas mais importantes e de maior impacto social disponível.

Por fim, se compreendendo o cenário atual, o qual está permeado por práticas sombrias de cunho neoliberal e populista, se tem a noção clara da complexidade dos problemas a serem enfrentados, todavia, defende-se que, por meio da tomada de consciência cidadã, pode-se pensar (ainda que utopicamente) que a sociedade pode e é capaz de transformar más experiências em ferramentas de mudança, equidade e cidadania.

5 REFERÊNCIAS

- AHLERT, Alvorí. Cidadania participativa: um referencial da educação física para uma educação cidadã. **Revista electrónica diálogos educativos**. Ano 6, nº 11, 2006.
- ALBRECHT, Nayara F. Macedo de Medeiros. **Teorias da democracia**: caminhos para uma nova proposta de mapeamento. BIB, São Paulo, n. 88, 2019, p. 1-24.
- AVRITZER, Leonardo. Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 28.10, 1995, p. 1-15.
- AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 1, junho, 2008, p. 43-64.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 383-398.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Editora UFMG, Belo Horizonte, 1998.

BAUMAN, ZYGMUNT. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DEMO, Pedro. Estado inevitável e necessário. In: **Transição democrática e política social no Brasil**. Brasília: UnB, 1988.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1988.

Genro, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento participativo**: a experiência de Porto Alegre. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da Sociedade**. Tradução de Alvaro Cabral. – 3ª Ed, - São Paulo/SP: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

HALL, Stuart. **Pensando a Diáspora** (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HELLER, P.; THOMAS ISAAC, T. M. O perfil político e institucional da democracia participativa: lições de Kerala, Índia. In B. Sousa Santos (org.). **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa (pp. 497-535). Porto: Afrontamento, 2003.

LAGO, Ivann Carlos; ROTA, Edeimar. Sobre a relação entre Cultura e Desenvolvimento: alguns apontamentos em defesa do conceito antropológico de cultura Redes. **Revista do Desenvolvimento Regional**, vol. 23, núm. 3, 2018, -, pp. 353-366.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2008.

LUCAS, Douglas Cesar; CENCI, Ana Righi. **A identidade latino-americana como problema e a necessidade de uma proposta intercultural**. In: Pós-colonialismo, pensamento descolonial e direitos humanos na América Latina. André L.C. Santos, Douglas Cesar Lucas, Fernanda FrizzoBragato [Orgs.]. Santo Ângelo. FuRI, 2014.

MACHADO, Cristina Gomes. **Multiculturalismo**: muito além da riqueza e da diferença. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória**: a cultura popular revisitada. 3º Ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PORTER, Michel. In Harrison, Lawrence e Huntington, Samuel. **A Cultura Importa**: Os Valores que Definem o Progresso Humano. Editora Record, 2002.

PORTO, Marta. **Cultura e desenvolvimento em um quadro de desigualdades**. Marta Porto. – Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

POSSOLO, Raquel; MEGALI NETO, Almir. Democracia participativa brasileira: uma construção sob ataque. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 30, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Revista Tempo Social**; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 5(1-2):31-52, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. – Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Org. Tomaz Tadeu da Silva, Kathryn Woodward, Stuart Hall. Petrópolis-RJ, Vozes, 2000.

VALDÉS, Eduardo Devés. **O pensamento latino-americano na virada do século**: temas e figuras mais relevantes. Tradução de Gilmar Antonio Bedin. Ijuí-RS. Editora Unijuí, 2012.